

SESSÕES DO PLENÁRIO

5ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 14 de fevereiro de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO LUIZ AUGUSTO (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Heber Santana, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(57)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Manassés comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, estará ausente das Sessões no período de 06/02/2017 a 16/02/2017.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Registro a presença dos estudantes do

Colégio Estadual Helena Celestino Magalhães, do bairro IAPI. É bom estarem aqui para acompanhar os trabalhos do Poder Legislativo do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Pequeno Expediente.(**Oradores Inscritos**)

Com a palavra a primeira oradora inscrita no Pequeno Expediente, deputada Fátima Nunes.

A Srª FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, quero parabenizar os estudantes que se fazem presentes nesta Casa. Bem-vindos! Comecem cedo a atividade política, pois, naturalmente, esta Casa precisa, logo em breve, no futuro, ser ocupada por vocês também, que, com certeza, participarão da vida política. Parabéns à professora e a toda escola, que sempre organiza esse trabalho de visita ao plenário e conhecimento da Casa Legislativa.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, quero, neste breve registro, parabenizar os vereadores e vereadoras do Partido dos Trabalhadores, começando pela nossa vereadora Marta, da capital Salvador.

Ontem à noite, na celebração dos 37 anos, a nossa vereadora promoveu uma sessão especial bastante participativa, com a presença de militantes, ex-vereadores, vereadores no mandato, do nosso querido Sérgio Gabrielli, ex-presidente da Petrobras, e tantas outras figuras importantes vi presentes lá.

E a vereadora de São Bernardo veio homenagear conosco a nossa querida Marisa Letícia. Foi uma sessão muito participativa, emocionante, a síntese desses 37 anos do Partido dos Trabalhadores, partido que fez uma revolução silenciosa e melhorou consideravelmente a vida do povo brasileiro. Hoje sentimos a tristeza, a saudade do nosso ex-presidente Lula, quando percebemos que além de terem causado um golpe, afastado a nossa presidente Dilma, hoje vivemos também o prejuízo nos direitos sociais. A cada dia lemos nos projetos que vão para a Câmara dos Deputados e Senado cortes dos direitos conquistados com muita luta, sejam os direitos da saúde, da educação, como o ProUni, o direito de ter um pouco mais de assistência técnica e de apoio aos programas com a convivência do semiárido, como também nos direitos das universidades, que cada vez mais estavam sendo ampliados, e agora vemos, a cada dia, esses direitos sendo reduzidos.

Portanto, gostaria de lembrar que continuamos em luta. Se alguns pensavam que nos destruiriam, enganaram-se, porque somos semente, e semente não se acaba. Semente sempre renasce e prospera.

Em nome dessa semente, quero saudar também todos os vereadores que estão espalhados pela nossa Bahia, pelo nosso sertão, lembrando que cada um deles, nesses dias, está fazendo sua sessão especial de homenagem.

Quero lembrar do vereador Gilson Borges; vereador Wilson, do PT, da minha terra natal, Paripiranga; vereadora Eulina, de Ribeira do Amparo; vereador Anderson; vereador Edi Carlos, do município de Novo Triunfo, onde fizemos recentemente uma grande inauguração, uma grande festa do Partido dos Trabalhadores. E dos vereadores “Almir de Terra Branca” e Ronaldo e as vereadoras “Nanny de Tango” e Célia, do distrito de Maceté, todos eles do município de Quijingue.

Queria mandar daqui do Plenário as minhas homenagens e também saudar os

vereadores Dr. Jairo Monteiro, de Ribeira do Pombal, Rômulo, de Canudos, Jânio e Samuel, de Monte Santo, Rodrigo, de Cansanção, Maiko, de Caldeirão Grande, Neto do Herlon, de Tucano, Vanvan, de Santa Luz, Cacique Flávio, de Euclides da Cunha, o nosso querido jovem Dino, que está firme e lutando muito lá em Pedro Alexandre, o lugar mais distante aqui da nossa Bahia, no sertão baiano, Galego Noronha, de Nova Soure, e Mariel, Tinho de Heleno e Eraldo, de Santa Brígida.

Assim saúdo todos esses vereadores, porque na verdade são eles que no dia a dia reúnem-se nas comunidades e acordam sempre mais cedo, pois há sempre uma pessoa os procurando, batendo à sua porta, principalmente neste momento que o sertão está vivendo com essa longa estiagem. E é na casa de cada parlamentar que esses eleitores são recebidos de coração aberto, conversam sobre as políticas e buscam os seus direitos para que cada vez mais o nosso povo tenha condição de atuar com dignidade na política.

Parabéns, vereadores do Partido dos Trabalhadores e também de outros partidos! Vamos seguir juntos para conquistar de volta a democracia!

Fora Temer! E vamos em luta até que sejamos todos nós libertos dessa ditadura que começa agora!

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o deputado Marcell Moraes por até 5 minutos. (Pausa)

Com a palavra o deputado Marcelo Nilo.

O Sr. MARCELO NILO:- Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Brasil passa neste momento por algumas mudanças, pelo menos por projetos que tramitam no Congresso Nacional que afetam a vida do povo brasileiro. Fala-se em reforma previdenciária. Acho importante, desde que não tire direitos adquiridos. Fala-se em reforma trabalhista. Acho que é muito importante, desde que também não tire do trabalhador direitos adquiridos. Mas não falam da reforma mais importante. Aliás, das duas mais importantes para o País agora: as reformas tributária e política.

É necessário que a tributária seja agilizada para que nós nordestinos possamos sobreviver com dignidade. É inaceitável, inacreditável um Estado como o do Rio de Janeiro ter um Orçamento de mais ou menos 90 bilhões para uma população de 16 milhões de cariocas e fluminenses.

A Bahia, por exemplo, tem um Orçamento de mais ou menos 41 bilhões para uma população de 15 milhões de baianos, e o nosso é um Estado extenso: 2/3 do nosso território pertencem ao Semiárido.

Nós, nordestinos, temos diversos deputados federais e diversos senadores da República. Mas infelizmente, por um motivo qualquer, não temos forças suficientes para dar um tratamento no mínimo igual ao povo do Norte e Nordeste brasileiros.

A Bahia é um Estado agrícola, um Estado que tem também um potencial industrial, e todos os governos vivem e convivem com recursos oriundos do governo federal. A Constituição de 88 teve como objetivo principal fortalecer a União para que os prefeitos e governadores possam ir a Brasília com o pires na mão solicitando ao ministro a ou b recursos para minorar o sofrimento do povo nordestino.

Quero dar o meu apoio à reforma da Previdência. Acho importantíssimo, tendo em vista que, se não a fizermos agora, daqui a 4 ou 5 anos os velhinhos, como chamam na gíria popular, os aposentados que percebem praticamente o salário mínimo não vão ter condições de tirar os seus recursos no caixa bancário, porque o governo federal também não vai ter condição para pagá-los. Acho realmente importante esta reforma, desde que - repito - não tire direitos adquiridos.

A reforma trabalhista também é fundamental, importante, principalmente para que tenhamos um denominador comum na negociação entre o empregado e empregador. Mas a reforma principal hoje é a tributária e tem de ser feita para que possa dividir o bolo da Federação com aqueles que mais necessitam, os quais sem dúvida nenhuma são os Estados do Norte e Nordeste, principalmente os daqui da nossa querida região.

Portanto, Sr. Presidente, concluo solicitando desta Casa que façamos uma solicitação aos nossos deputados federais e aos nossos senadores no sentido de que adotem as providências necessárias e cabíveis para fazer a reforma tributária no País.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o deputado Alex Lima por até 5 minutos.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, funcionários da Assembleia, telespectadores que nos assistem pela *TV Assembleia*, eu venho na tarde de hoje elogiar o desempenho das contas públicas do governo do Estado. É de ciência de todos a grave crise econômica que afeta o nosso País e, sobretudo, os Estados da Federação.

Ao longo de 2015 e 2016 ficamos sabendo pela imprensa, pelos jornais, das dificuldades dos Estados brasileiros em cumprir com suas obrigações mínimas, como pagar em dia aos seus funcionários e permitir o funcionamento da estrutura governamental. Mas a Bahia se destaca por 2 anos consecutivos, deputado Joseildo, graças a um esforço do governo e a uma gestão comprometida desde o início.

Antes mesmo de o governador atual assumir o mandato, ele pediu ao então ainda governador Jaques Wagner para mandar projeto de lei a esta Casa Legislativa dando início às modificações que hoje nos mostram como o governador Rui Costa estava certo. A Bahia, deputado Alex da Piatã, já teve uma economia real de mais de 1 bilhão de reais do seu custeio. E mesmo num cenário de queda de arrecadação, o Estado da Bahia só perde para o rico Estado de São Paulo em percentual de investimentos em obras e benefícios para a sua população. Em 2 anos, são mais de 5 bilhões de reais, deputado Gika, em investimentos por parte do governo do Estado. E nós precisamos reconhecer esse modelo administrativo que vem dando certo em nosso Estado.

A Bahia, deputado Bira, tem avançado e muito, apesar das dificuldades. As contas públicas do Estado estão equilibradas, o que permite colocá-lo entre os melhores índices do perfil de endividamento entre todas as unidades federativas do nosso País. E é por isso, Senhoras e Senhores, que, hoje, a Bahia pode-se dar ao luxo

de pleitear investimentos e empréstimos, junto aos bancos públicos do País ou do exterior, a exemplo, deputado Leur Lomanto, da autorização de empréstimo que foi votada por esta Assembleia junto a um banco europeu, no valor de mais de 200 milhões de euros, para recuperação de estradas, obras tão importantes em cada região do nosso Estado.

E é por isso que eu aproveito a oportunidade, ao mesmo tempo que parablenizo o governador Rui Costa e a sua equipe, que vem atravessando essa crise com altivez, para fazer um apelo no sentido de que a nossa Bancada federal de deputados e senadores possa reivindicar ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central a fim de que autorize a contratação do empréstimo que foi votado por esta Casa e que aguarda apenas a liberação por parte do governo federal para que a Bahia continue reformando estradas, construindo obras e benefícios e melhorando a vida de todos os baianos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcell Moraes):- Gostaria de convidar o deputado José de Arimateia. (Pausa) Em permuta, com a palavra o deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. da imprensa, funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*. Eu quero insistir num assunto aqui hoje e quero também encarecer aos parlamentares desta Casa que formem fila conosco, que abracem esta causa, porque o que está a acontecer nos 680Km desde lá do Norte de Minas Gerais até a capital da Bahia, nas BRs 116 Sul e 324, no trecho Feira de Santana - Salvador, é um absurdo.

Insisto que a vida é o nosso bem maior. E não há preço a se pagar, não há esforço que se faça que seja pouco ou muito para ensejar o salvamento de uma vida. As vítimas de acidentes no passado ficavam reféns, ficavam à margem da estrada à mercê de que passasse um bom samaritano, uma alma de bom coração, deputado Joseildo, que pudesse parar e, com os poucos recursos que dispunha no seu próprio carro, oferecer-lhes o socorro. Essas pessoas funcionavam como se fossem bons samaritanos dispostos a perder aquele tempo e ainda correr o risco de serem chamadas a inquéritos policiais para prestar depoimentos. Elas sabiam que existia esse risco.

Nos tempos modernos instrumentalizou-se, através do sistema pré - hospitalar, uma forma mais moderna, eficaz e eficiente de se prestar a estabilização desses pacientes contemporânea com o fato, contemporânea com o acidente, a permitir que as vítimas desses traumas violentos pudessem chegar até o nosocômio ou hospital de um jeito rápido e bem assistidas nas ambulâncias UTI, duma maneira que permitisse a sua sobrevivência. E, mais do que isso, para evitar que ocorressem sequelas, que os pacientes estivessem submetidos a sequelas por causa da violência do trauma.

Com essa nova filosofia do sistema pré - hospitalar para socorro dessas vítimas de traumas nas estradas, criou-se o SAMU 192, essas viaturas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Para falar do trecho da BR-324, compreendido entre Feira de Santana e Salvador, ele era suprido através das ambulâncias da Região Metropolitana e de Simões Filho até o trecho de Candeias. E pelas da própria Feira de Santana, ali do entroncamento de Conceição do Jacuípe até aquela cidade.

Com a concessão, tornou-se irregular o SAMU 192 estar prestando essa assistência.

O interessante é que, tão logo ocorreu a concessão à Viabahia, existiam duas ambulâncias UTI estacionadas nesse trecho: uma em Simões Filho e a outra em Amélia Rodrigues. Interessante, duas ambulâncias para socorrer essas vítimas de acidentes num trecho de 108 quilômetros...

O Sr. PRESIDENTE (Marcell Moraes):- Para concluir.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Vou concluir, Ex^a.

(...) que era concessão da BR-324.

Com a incorporação à concessão da Viabahia também do outro trecho de 500 e tantos quilômetros da BR-116, o que mudou? Tão logo essa concessionária acabou a construção das praças de pedágio, ela sumiu com essas ambulâncias! E hoje, para cobrir esses 680 quilômetros, Srs. Deputados, só existe uma ambulância estacionada no município de Vitória da Conquista. E eu fico a me perguntar: é favor? Será que a agência não precisaria ficar cobrando isso? Será que o Ministério não poderia estar cobrando isso, a evitar sequelas, a evitar perdas de vidas?

É por isso que eu conclamo esta Casa, que é a Casa do Povo, os verdadeiros representantes do povo, a entrarem nessa luta, porque a Via Bahia está protegida com o nosso dinheiro que arrecada, e está protegida até pela agência que não quer fornecer para os Srs. Deputados, deputado Joseildo, o contrato de concessão.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcell Moraes):- Eu gostaria de convidar o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que nos assistem, que nos ouvem, em especial na *TV Assembleia*, vim aqui para tratar de um assunto que salta aos olhos, que caracteriza com muita clareza a estatura moral do governo Temer.

E eu falo, mais uma vez, sobre essas questões, e destaco aqui fatos que ainda envolvem, a indicação do Sr. Alexandre de Moraes, um senhor que foi Secretário de Justiça do Estado de São Paulo, e quando lá estava teve papel preponderante na prisão, no deslinde do caso relacionado com o *hacker* que pegou informações do celular da primeira-dama, a Sr^a Marcela Temer, do lar e recatada.

Ora, informações que estão no inquérito e que estão abertas para quem opera o Direito, portanto não há segredo. De imediato, quando a *Folha de São Paulo*, insuspeita, porque também foi artífice do golpe, a *Folha de São Paulo* foi censurada pela Justiça, que mordeu o capítulo que fala da liberdade de Imprensa. Primeiro ponto.

Mas, é bom que se diga, em alto e bom som, que de maneira cautelosa, e não poderia ser diferente, o presidente golpista chamou o Alexandre de Moraes e pediu a ele:- “Seja discreto”, talvez já com medo da sua verbe, da sua verborrêia, da sua incontinência verbal, enfim, de histriônico que é. Mas, ele não se conteve. Estava na noite de terça-feira no Motel Boat, no Lago Paranoá, em companhia de diversos

senadores, quase todos citados nas delações, que deverão estar às claras dentro de pouco tempo. Sem dúvida.

O rega bofe no Motel Boat, com a assistência de Sandro Mabel, assessor especial do nosso presidente, que não está nem aí para moral, que não tem nada a oferecer à opinião pública, mesmo porque nem fede, nem cheira, nem tem autoridade moral, e não representa, nem de longe, aquilo que se esperaria de um presidente cauteloso.

Esse cidadão, provavelmente, e ninguém sabe qual foi o desatino, os acordos na calada da madrugada, suspeita-se que outras companhias estavam por lá, e a nossa jovem democracia assiste a isso como se nada tivesse a ver. Mas, a Suprema Corte, nos últimos anos, tem cumprido o seu papel no estado burguês de se posicionar pela manutenção do “status quo”, sem sombra de dúvida.

E, desta vez, Gilmar Mendes alardeia nos quatro cantos desde país de que Alexandre de Moraes, certamente, não plagiou nada, certamente não encheu linguiça nos seus currículos, certamente é um cidadão talhado para ser o 10º ministro da Suprema Corte Nacional apenas e tão somente porque foi o guardião de um segredo que virou chantagem de um hacker, mas que a sociedade brasileira não terá a possibilidade de saber porque o hacker, de maneira violenta e chantagiosa, disse que Michel Temer iria à lama.

Pobre democracia brasileira.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcell Moraes):- Gostaria de convidar o nobre deputado Fábio Souto pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr. Presidente Marcell Moraes, Srs. Deputados, venho a esta tribuna hoje fazer um agradecimento, a minha bancada, ao Líder da Oposição, por nossa indicação para uma comissão tão importante, tão representativa para nosso Estado, que é a Comissão do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

E, tenho certeza de que com nomes experientes naquela comissão, como é o caso do deputado Marcell Moraes, que foi um grande presidente para aquela comissão, um homem que lutou pelo meio ambiente, um deputado conhecido pela causa dos animais, pela proteção dos animais, pelos bons tratos com os animais no Estado da Bahia e que, graças a Deus, ele vai continuar naquela comissão, unido com nossa bancada para continuarmos a fazer juntos um grande trabalho na área de meio ambiente e recursos hídricos.

Recursos hídricos é uma área onde temos que ter uma atenção especial. Na semana passada, falei da importância do nosso Estado, de um grande programa de recuperação das bacias hidrográficas do nosso Estado. Na recuperação de rios importantes, como é o caso do Rio Paraguaçu, genuinamente baiano. Um rio responsável pelo abastecimento de água para Salvador, para diversas cidades de nosso Estado, que, efetivamente, precisa de uma atenção especial do governo do Estado, governo federal, para que recursos sejam colocados para a recuperação desse rio tão importante para nosso Estado. Rios como o Paraguaçu, como o São Francisco, um rio que foi tratado.

Para se realizar a transposição do Rio São Francisco, foram alocados recursos para a sua recuperação. Mas, o que observamos, deputado Marcell, e essa foi uma luta nossa durante o ano que passou, é que a transposição anda a passos lentos. Mas, a recuperação do Rio São Francisco anda a passos mais lentos ainda, a passos de tartaruga, devido aos pouquíssimos recursos que chegaram para a sua recuperação. Uma das causas que nós estaremos muito atento são os recursos para a recuperação do São Francisco, e para que eles cheguem vamos cobrar do governo federal.

Fiz vários discursos cobrando esses recursos para o Rio São Francisco, quando a presidente era Dilma Rousseff, e agora vamos fazer da mesma forma com o presidente Michel Temer. Ele tem que tomar uma atitude firme, uma atitude que resguarde os Estados do Nordeste, que cumpra o compromisso que o governo federal fez com a Bahia e com os Estados do Nordeste, que faria a transposição do São Francisco, mas que alocaria recursos importantes para a sua recuperação, já que não havia nenhuma lógica em transpor as águas do São Francisco sem recuperar o rio que, efetivamente, passa por momentos de grandes dificuldades.

Então venho a esta Casa, sabedor da nossa responsabilidade, dizer, meu caro amigo deputado Marcell Moraes, que vamos continuar juntos a lutar pelo meio ambiente, pela proteção dos animais e pela recuperação das bacias hidrográficas do nosso Estado. Vamos lutar para que os nossos rios, tão importantes para o povo baiano, sejam salvos, e que recursos estaduais e federais cheguem para o nosso Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcell Moraes):- Obrigado, deputado Fábio.

Eu gostaria também de parabenizar V.Ex^a que agora está no comando da nossa Comissão do Meio Ambiente, aqui na Assembleia Legislativa. Não tenho dúvida do empenho de V.Ex^a relacionado às questões ambientais. Tenho certeza que V.Ex^a vai presidir com maestria, com dedicação e vamos, quem sabe, transformar um pouco o meio ambiente do nosso Estado para que seja a pauta do dia de todos os baianos.

Obrigado, Fábio, e parabéns.

Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, colegas aqui da Casa, eu queria parabenizar, independente do grupo político que faz parte – porque as boas ações, os bons projetos, temos que elogiar –, o deputado José Carlos Aleluia, um dos deputados mais atuantes no Congresso Nacional, que teve a clareza e a oportunidade de ver um dos principais problemas que os quase 5.600 municípios do Brasil atravessam, que é a questão das previdências estaduais que estão quase todas quebradas, como é o caso aqui da Bahia, o Funprev. Quando o grande governador, pai do deputado Fábio Souto, o ex-governador Paulo Souto deixou o governo, o Estado aportava, salvo engano, 400 milhões, deputado Zó, para fechar a conta e pagar os aposentados e pensionistas. E, no ano de 2016, o governador Rui Costa precisou de 2 bilhões e 600 milhões para fechar a conta. Então é natural que as previdências estejam quebradas.

E o deputado Aleluia com a sua sabedoria e vendo o momento difícil por que

passam os municípios brasileiros, sem falar nos estados, deputado Pablo, na medida provisória de negociação inseriu o alongamento, deputado Fábio Souto, da dívida das previdências das prefeituras. Eu vou dar um exemplo: a nossa querida Campo Formoso, deputado Fábio Souto, o débito da previdência própria é de, simplesmente, R\$ 40 milhões. Se for parcelar em 5 anos, pelas regras atuais, é totalmente impossível, e o município vai continuar inadimplente, sem poder receber nenhum convênio, nenhuma emenda dos deputados que representam aquele município, um dos 30 mais importantes da Bahia, deputado Zó.

São tantos assuntos graves em nosso país, e esse é mais um. Mas quero, mais uma vez, elogiar o deputado Aleluia, que teve a iniciativa de apresentar essa emenda que, se vier a ser aprovada, como espero, vem dar um alívio, possibilitando que as prefeituras alonguem a sua dívida e consigam estar aptas para receber os convênios.

Há pouco, falava com o deputado Zó que são muitas coisas que os políticos e o Congresso Nacional precisam começar a resolver em nosso País. Com todo o mérito que o professor merece, sabemos que é na educação que está a base do desenvolvimento de qualquer Nação, de qualquer cidade. Não é à toa que a Coréia do Sul, que há poucos anos era um país agrícola, hoje é um dos países mais desenvolvidos tecnologicamente do mundo.

Com todo o respeito que nós temos a classe dos professores, inclusive a minha mãe é professora, minhas tias também, antigamente era uma carreira nobre. Hoje é nobre, ainda? Naquela época as pessoas tinham dificuldade para estudar, fazer uma faculdade. Hoje tem faculdade debaixo de qualquer pé de umbuzeiro, lá em Campo Formoso, mesmo, deputado Zó, tem faculdade debaixo de todo pé de umbuzeiro. Eu comecei a estudar, e não me considero velho, pelo primário, deputado Marcell, agora estão começando a estudar pela pós-graduação. É todo mundo pós-graduado, é todo mundo mestre, é todo mundo doutor. E aí, se fizerem uma entrevista, esses doutores, claro que toda regra tem exceção... Virou uma brincadeira, porque a maioria das faculdades virou comércio, está igual a padaria. Dizem, inclusive, que se passar aqui pela Paralela a menos de 100 km você já está matriculado em uma faculdade. As faculdades, hoje, deixam um balcão dentro da rodoviária, dentro do shopping, fazendo matrícula. Virou um comércio.

Então, o que ocorre, para falar dos professores, falava com o deputado Zó, muitos municípios não estão conseguindo nem pagar o salário. Em Campo Formoso, um professor ganha R\$ 10 mil, deputado Joseildo, ganha R\$ 8 mil. O município não aguenta, porque o município não existe só para pagar salário. O município tem que estruturar as escolas, tem o transporte escolar, tem a parte médica.

Fizeram um plano de cargos e salários, em que qualquer pessoa faz um curso de pós-graduação de mentira, de mestrado de mentira, que agora isso virou brincadeira, e aumenta 10%, 20%. O que ocorre é que o dinheiro das prefeituras em muitos municípios está indo só para uma classe. Essas mesmas prefeituras que, hoje, não têm dinheiro para pagar um carro-pipa, com essa seca devastadora, uma das piores, dizem os especialistas, dos últimos 100 anos. Com todo respeito, gostaria de dizer que não tenho nada contra os professores, até porque a minha mãe é professora. Agora, não tem sentido um município pobre, como a maioria dos municípios aqui da Bahia, para

não dizer do Brasil, um professor ganhar R\$ 8 mil, R\$ 10 mil. Não aguenta! E aí, vai a previdência, alguns deles se preocupam com os salários, não veem a questão... quando precisarem se aposentar vão precisar da previdência que, hoje, é totalmente impagável.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero, mais uma vez, parabenizar o deputado José Carlos Aleluia que teve a iniciativa de apresentar uma emenda na medida provisória, para que se alongue, e não tenho dúvida da aprovação, pelo Plenário, dessa medida tão importante que vai dar, pelo menos, condições aos prefeitos e governadores de alongarem a sua dívida.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcell Moraes):- Quero parabenizar o deputado Adolfo Menezes, minha mãe também é professora e sei da dificuldade, da luta incansável do ensino, da educação em nosso País. Também fui líder estudantil e sei que existe a mercantilização da educação nas faculdades particulares de todo o Estado da Bahia. Então, é um absurdo o que acontece. Associo-me ao discurso de V.Ex^a.

GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao orador, deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputada Fabíola Mansur, vou utilizar desta tribuna, mais uma vez, no dia de hoje, no Grande Expediente, e chamar a atenção para o que tem acontecido agora nesse momento recente de tantas mudanças, após a votação da PEC 55. A rigor, não estamos nos dando conta do que, dentro em breve, virá por aí.

A PEC 55 vai significar a implantação do projeto neoliberal que foi negado por 50 e tantos milhões de brasileiros no último pleito, é a negação da vontade popular. O que adviria de tão drástico nessa questão, que considero relevante, de fundo, do ponto de vista estratégico para este País. Algumas questões já não são soltas, quando a maioria absoluta da representação do Parlamento do Congresso Nacional deu uma vitória maiúscula, distanciando claramente os interesses da grande maioria dos brasileiros daquilo que será construído à revelia da vontade soberana da sociedade brasileira.

A primeira grande coisa, no momento em que investirmos – os municípios, os estados e a própria Federação – na implantação, na ampliação da rede de saúde nos 3 entes federativos, como prover, como achar dinheiro para o equipamento, para o custeio, se todas essas atividades, assim como a educação, a assistência, o desenvolvimento social, todas as políticas públicas do estado brasileiro...

A Sr^a Fabíola Mansur:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Darei, logo a seguir. Hoje, essas políticas públicas importam em algo da ordem de 20% do PIB nacional. Foi uma clara opção na direção daquelas parcelas mais desassistidas do povo brasileiro, que nunca, em 500

anos, em 5 séculos tiveram direitos a galgar os primeiros degraus que os aproximou daquilo que consta no texto da Constituição Cidadã de 88...

Mas a alegria é breve, assim como foi durante as épocas de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart e, agora, Lula e Dilma. Ou seja, a história se repete inapelavelmente. Toda vez que existe a ascensão, para os sujeitos de direitos que perneiam os mais necessitados da nossa sociedade, a mão firme da casa grande se abate sobre a senzala, como eu disse, de maneira inapelável.

Daí, eu quero ver, futuramente, em quanto ficará o percentual que, hoje, está na casa de 20%. Daqui a 10 anos, como consta na PEC, tais percentuais serão avaliados. Mas, daqui a 10 anos, o que eram 20% do PIB serão, apenas, 12%! V.Ex^{as} hão de observar, pois serão encolhidos 8% desse percentual.

Cabe as seguintes perguntas: para onde vão a educação, a saúde e os benefícios das políticas cidadãs? Para onde vai o Estado da Proteção Social? Para onde vai o Estado de Direito? Depois de 10 anos, chegaremos a 20 anos e os 12% serão, apenas, 8%.

Daqui a pouco, passo a palavra para V.Ex^a, deputada Fabíola Mansur.

O Sr. Zó:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Concederei, também, um aparte a V.Ex^a, deputado Zó.

Observem o caos! Eu não tenho dúvida de que, daqui a 3 anos, esta PEC será revogada, porque ela não tem condição de ser administrada. Foi um cavalo de pau que deram na direção oposta, na antítese do que clamava o povo brasileiro. Estamos, aí, assistindo a essas questões.

Como eu estou vendo a nossa nobre deputada Fabíola Mansur confabulando com o nosso presidente, aproveito, sem interromper a fala, o momento para conceder um aparte a V.Ex^a, deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Deputado Joseildo, quero, integralmente, me associar ao discurso de V.Ex^a na preocupação que tem com a infeliz, em nosso ponto de vista, aprovação da PEC nº 55 pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, pois a peça não está “excepcionalizando” a saúde e a educação através das emendas propostas por deputados federais e senadores. Assim como V.Ex^a, nós entendemos que esta será, sim, uma redução significativa de investimentos nos dois segmentos mencionados, uma vez que, ao contrário disso, já esses deveriam ser priorizados. Já estivemos discursando sobre o assunto várias vezes para comprovar isso.

Uma vez que, ao congelar por minimamente 10 anos, algo que já vinha...

Vejam, há 20 anos, eu brigo pela Emenda de nº 29. Há 20 anos, defendo mais investimentos para a saúde no índice de 10% da União. Há 20 anos, faço o discurso sobre isso, pois os municípios e os estados federados padecem de recursos e, pior, eles têm a responsabilidade de investir, porque se eles não investirem nessa área, não se salvam vidas, não se curam as doenças, não se dão tratamentos adequado às pessoas.

A União centraliza os investimentos, muitas vezes, de forma muito dividida e muito departamentalizada, sem pensar nas grandes redes, tanto na área da saúde quanto na da educação. Esta forma de centralização impede a universalização dos investimentos.

Então eu quero me associar à vossa fala, porque nós fomos e somos contrárias à aprovação da referida PEC sem as emendas que tiravam a saúde e a educação do pacote.

Mas nós estaremos, aqui, fazendo a resistência, deputado Joseildo.

Hoje, eu assumi a presidência da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público. Como membro da referida comissão, nós estaremos brigando por mais investimentos e estaremos fazendo a parte dos estados federados e dos municípios, como municipalistas que somos, uma vez que os estados e os municípios sofrem e padecem quando vão buscar mais investimentos para as suas unidades, pois a União se exime de investir.

Mas é isso. Há aqueles que, sempre, resistem e esses, sempre, existirão.

Afirmo que, sempre, valem os princípios que eu acredito. Estaremos, sempre aqui, a defender a saúde e a educação.

Aliás, deputado Joseildo, quero parabenizar o nosso governador, pois, na contramão dos desinvestimentos nos 2 setores, o governo Rui Costa investe em saúde, amplia hospitais, faz concurso público para a educação, refaz a estrutura física das escolas, vai inaugurar 100 unidades através do Programa Escolas Culturais, vai fazer concurso público para os professores.

Porém, nós não devemos nos esquecer dos municípios que padecem com pires na mão, pois eles não têm, em seus cofres, os valores para o custeio dos serviços mais essenciais. Nós temos de nos unir, melhor, unir forças em torno dos estados federados e dos municípios. Nós temos, realmente, de lamentar a aprovação da PEC. Mas afirmo que, sempre, resta a esperança para aqueles que resistem e acreditam nos segmentos prioritários que são a saúde, a educação e a segurança pública.

Parabenizo V.Ex^a, deputado Joseildo, pelo seu discurso.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Agradeço a participação de V.Ex^a, deputada Fabíola, e, ao mesmo tempo, incorporo o vosso aparte ao nosso pronunciamento. Vossa fala traz muitas luzes. Eu quero parabenizar V.Ex^a por mais este atributo em seu mandato à frente da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público. Seja feliz, minha companheira.

O Sr. Zó:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Coloco, à disposição do deputado Zó, o aparte solicitado há pouco.

O Sr. Zó:- Primeiramente, quero parabenizar V.Ex^a, deputado Joseildo, pelo seu discurso, pois este é um debate que a gente não pode deixar morrer, porque essa PEC vai implicar em problemas graves para a sociedade brasileira. Todos os estudos apontam para o seguinte fato, qual seja, se essa PEC tivesse sido aprovada há 10 anos, os investimentos seriam de um terço nas áreas da educação e da saúde. Nós temos problemas graves já, porque os municípios não conseguem custear, principalmente, a saúde e a educação com os percentuais financeiros repassados pelos ministérios.

O impacto dessa PEC vai criar muito mais problemas. Veja, nós temos, em Juazeiro, uma UPA e uma maternidade que são do município e ambas atendem a toda a região circunvizinha. Os recursos repassados pelo SUS deixam um *deficit* de mais de R\$ 2 milhões nas duas unidades. Então, são coisas pelas quais nós brigamos

através da PEC nº 29, porque aportava mais recursos para a saúde. E, aí, fez-se o contrário, ou seja, retiram-se mais recursos da saúde. Então, nós, deputados da Oposição e da Situação, brigamos, aqui, todos os dias por melhores condições na área da saúde pública e, como consequência, nós teremos de brigar mais ainda, porque a tal PEC agrava essa situação, agrava esses e outros aspectos.

Enquanto isso, o governo federal aprova um projeto para doar mais de R\$ 100 bilhões às incompetentes operadoras telefônicas. Logo, não há dinheiro para a saúde e para a educação e, no entanto, há dinheiro para os correntistas, os rentistas; e há dinheiro para dar às operadoras de telefonia.

Portanto esse discurso está inverso e está invertido.

Veja, a prioridade foi dada pelo governo federal quando foram privatizadas as telefonias. Eles disseram que a privatização seria para melhorar o sistema. Não melhorou! O sistema se afundou. E, agora, eles querem se apossar de um patrimônio público de mais de R\$ 100 bilhões!

Então, essa PEC está, exatamente, na contramão de tudo o que foi feito nos últimos 13 ou 14 anos. O Banco Mundial já aponta que, durante este ano, nós teremos mais de 3 milhões de novos pobres no Brasil como fruto dessa política econômica errada e desacertada feita por este governo que se instalou através de um golpe parlamentar e jurídico.

Logo, esse aspecto há de ser levantado, porque isso não é só para a gente que faz oposição ao governo federal, uma vez que isso vai implicar em todos os outros parlamentares e políticos, pois a carga recai sobre os municípios e recai sobre os estados federados. Como resultado, a concentração de renda volta a ser o fator prioritário do governo que está aí.

A política do atual governo é contrária à política dos governos Lula e Dilma, pois eles trabalharam para distribuir renda e, com isso, eles conseguiram alavancar a economia dos pequenos municípios e dos estados federados ao dar, às pessoas mais humildes, acesso a muitas coisas que eles não tinham.

Logo, a questão dessa PEC há de ser, sempre, levantada e não pode ser esquecida.

Este é um debate que vai pegar com força na economia do Brasil, pois tal política agrava a situação dos mais humildes.

O Sr. Alex da Piatã:- Um aparte, deputado Joseildo.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Agradeço a participação de V.Ex^a, deputado Zó, através do seu aparte que incorporo ao nosso pronunciamento. Na realidade, a vossa intervenção traz clareza no detalhe que V.Ex^a chama atenção. Portanto, eu gostaria de fazer constar o seu aparte em minha fala.

Com a palavra, para um aparte, o deputado Alex da Piatã.

O Sr. Alex da Piatã:- Deputado Joseildo, demais deputados e deputadas, servidores desta Casa e todos os que nos assistem nas Galerias e através da *TV Assembleia*, eu quero, em primeiro lugar, parabenizar V.Ex^a, deputado Joseildo, por vossa fala e, em segundo lugar, quero, também, reforçar o meu pensamento em relação à PEC nº 55 que, infelizmente, foi aprovada da forma que foi. Assim, entendo ser necessário fazer os ajustes, principalmente, em momentos de dificuldades. Mas

não entendemos por que este congelamento deveria ter sido tão radical da forma que foi.

Acho que, às vezes, os ajustes têm de existir condicionados a formas futuras da nossa economia. Não podemos prever se a dificuldade da nossa instabilidade política e a dificuldade da nossa instabilidade econômica, consequência da primeira, são tão grandes que não temos como prever daqui a um ano. Agora, imaginem isso daqui a 10 anos.

Então, a aprovação dessas mudanças foi de uma irresponsabilidade tamanha. Acho que a aprovação dessas mudanças deveria estar condicionada à realidade econômica e à medida que fôssemos – tenho certeza de que conseguiremos no futuro –, saindo dessa situação e descongelando esses custos e esses investimentos, principalmente, no que se refere à saúde.

Quero, aqui, reforçar as palavras da deputada Fabíola Mansur quando ela disse que, na contramão disso tudo, o nosso governador Rui Costa vem fazendo diferente.

Deputado Joseildo Ramos, aproveito o aparte, concedido por V.Ex^a, para dizer que, em nossa região, especialmente em Conceição do Coité, minha cidade, tivemos um investimento aplicado pelo governador Rui Costa com a sensibilidade do secretário da Saúde Dr. Fábio Vilas-Boas quando ambos assinaram um convênio de R\$ 1,5 milhão/ano com o Hospital Português – Unidade Regional de Conceição do Coité para atender às cirurgias ortopédicas para todo território do sisal e outros territórios circunvizinhos, abrangendo a Bacia do Jacuípe.

Tal perspectiva é, extremamente, importante e a mesma caminha em consonância com as promessas do governador de regionalizar a nossa saúde, principalmente no que tange à média e à alta complexidades.

V.Ex^a é votado lá, conhece aquela região e sabe das dificuldades de muitos que quebram alguma parte do corpo ou têm pequenas fraturas e precisam de se deslocar para os grandes centros. Agora, esses poderão ser atendidos ali. Isso diminui muito o custo com o deslocamento dentre os municípios e diminui, principalmente, o sofrimento daquela população.

Aproveito o aparte para agradecer ao governador Rui Costa pelo empenho e pela sensibilidade ao assinar o convênio com o Hospital Português – Unidade Regional de Conceição do Coité.

Ao aproveitar o momento quando falamos sobre a saúde, quero agradecer aos meus colegas que, hoje, nos reconduziram à presidência na Comissão de Saúde. Podem ter certeza de que estaremos abertos para discutir o assunto da PEC nº 55 no que se refere à saúde. Já temos planejado futuros trabalhos a começar com um debate logo após o fim do carnaval para tratarmos de um assunto tão iminente, evidente e importante como a febre amarela que está assolando nosso País.

Parabéns, mais uma vez, deputado Joseildo Ramos.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Incorporo o aparte de V.Ex^a ao nosso pronunciamento.

Prosseguindo, depois da PEC nº 55, há o ataque contra os cidadãos através da reforma previdenciária e o programa de valorização da política do salário mínimo.

Durante o nosso governo, tivemos, pela primeira vez, deputado Zé Raimundo, uma dimensão estratégica para tratar da ampliação da renda do trabalhador, a partir da elevação do valor, ou seja, do valor real do salário mínimo, como nunca em nossa história recente.

Mas, neste momento, a PEC nº 55 coloca o garrote no crescimento em 2 investimentos de políticas públicas: saúde e educação. Há a reforma da Previdência tal qual ela foi posta. Tais medidas fazem com que imploda, completamente, a política de valorização do salário mínimo que elevava a capilaridade, principalmente, a partir dos benefícios previdenciários, nos rincões mais longínquos do nosso País ao irrigar as pequenas economias com aquele recurso certo e mensal e trazia, para as pequenas economias, o dinamismo necessário para a geração de oportunidades de norte a sul e de leste a oeste.

As políticas públicas do Bolsa Família, a política de combate à desnutrição, os programas de alimentação saudável e alimentação escolar, tudo isso corre risco. Os pequenos degraus que alcançamos correm risco. Aí está a prova: o pré-sal. Entregaram, revogaram um projeto de vida para este País em que o resultado da exploração do pré-sal, que estaria na lupa do governo federal a nosso favor, a favor de políticas estratégicas do Estado brasileiro, foi entregues, e a “7 Irmãs” terão o seu lugar privilegiado para explorar os minerais estratégicos – nesse caso, o petróleo e o gás –, que nós teríamos de ter toda a condição e o privilégio de dizer como essa riqueza estratégica para todos os brasileiros deveria ser trabalhada.

Além do pré-sal, a reforma trabalhista. A CLT, que merece e carece de modernização a partir de um debate amplo da sociedade, será jogada na lata do lixo. E aquelas conquistas de décadas, as duras penas, pela organização da classe trabalhadora serão jogadas no lixo. Aí, observem os senhores que temos o retrato, a paisagem que não quer calar, denunciando o processo terrível de privatização que aconteceu na década de 90 sob o patrocínio do governo Fernando Henrique Cardoso. Está aí o estado da ferrovia, e a malha ferroviária baiana, que vai até Minas, partindo pelo Sudoeste, que vai até Juazeiro, Petrolina, ao Norte, passando por minha querida Alagoinhas, indo também para Aracaju, trechos desativados, 1.760 quilômetros. Hoje, menos de 60 dias de 2017, são 3 locomotivas tombadas.

No final do ano passado, um maquinista morto; outros sequelados; os dormentes, com o seu ciclo de vida exaurido, e a segurança dos ferroviários, dos metroviários, à bancarrota. Esse é o retrato do Estado mínimo da exploração pela exploração. Quando o governador esteve aqui para ler a mensagem, deputado Zé Raimundo, ele se comprometeu a cobrar da ANTT que recomponha quase R\$ 1 bilhão para modernizar, para recuperar trechos que são vitais no processo de transporte e logística, que elevam o preço do custo Brasil e do custo Bahia. É preciso que olhemos. Nada disso condiz com a necessidade altaneira do nosso povo.

O Sr. Zé Raimundo:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Com um aparte o deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Agradeço pela oportunidade de fazer esse aparte. Parabenizo-o por esta importante intervenção, nobre deputado Joseildo Ramos. Destaco na questão da reforma trabalhista – que está sendo provavelmente

implementada, porque ainda está no seu nascedouro – um problema seriíssimo: ao lado da quebra dos regulamentos, das normas, dos direitos dos trabalhadores, enfraquecem-se completamente os sindicatos. Na medida em que uma convenção local, que esse acordo – e aí vale a força do patronato em relação à fábrica e aos trabalhadores dispersos numa localidade – passe por cima da CLT, logo, logo, os sindicatos, também, perdem a sua capacidade coletiva de ação. Muito provavelmente, no mundo do trabalho, como dizem alguns autores, cada vez mais com a precarização, voltaremos ao século XVIII. É o início da barbárie depois de mais de 150 anos de conquistas sociais e legais. No caso do Brasil, começamos em 1923, com a lei Elói Chaves, a lei da previdência, e nos anos 30, com a lei sindical. No Brasil, voltaremos ao século XIX, início do século XX.

Parabéns pela sua intervenção.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Incorporo o seu aparte, nobre deputado, e fico feliz pela sua intervenção.

Observem, é a mais completa desregulamentação do trabalho assalariado no país. O que será dos sindicatos? Uma mera convenção que pode acontecer para o interesse imediato daquela organização trabalhista já mais fragilizada. O que podemos esperar?

A terceirização será irrestrita, inclusive afrontando a perspectiva natural do concurso público para fazer o necessário arejamento da estrutura de pessoal, da mão de obra do Estado, da mão de obra efetiva estatal.

Portanto, a nossa jovem democracia, o estado de pleno direito corre risco, corre perigo, e nós deveremos ficar atentos enquanto é tempo.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PP/PSB/PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Angelo Almeida:- Sr. Presidente, usarei a palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o nobre deputado Angelo Almeida por todo o tempo.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Sr. Presidente, colegas deputados e deputados, venho a esta tribuna primeiro para parabenizar o deputado Joseildo Ramos pelo brilhante pronunciamento na tarde de hoje.

Estive, há pouco, reunido com dois representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da região de Feira de Santana. Ambos legítimos representantes e aflitos com o que pode advir dessa pauta conservadora, dessa pauta traiçoeira contra os trabalhadores, que está tramitando na agenda do presidente que assaltou a República, e continua levando em frente um projeto que não foi o projeto votado na urna, não é um projeto popular, ao contrário, é um projeto antipopular.

Sr. Presidente, gostaria de pedir aos meus colegas deputados e deputadas para que nos apoiem, a partir de amanhã, quando estaremos convidando, conclamando deputados e deputadas para que possamos instalar, nesta Assembleia, a frente parlamentar em defesa dos direitos e de políticas públicas para pessoas com

deficiência no Estado da Bahia.

Penso que neste momento em que assumo o mandato de deputado estadual nesta Casa, e diante do que pude contribuir com esta área de atuação política, quero contribuir agora na Assembleia, para que possamos levar mais direitos ainda. É uma das preocupações do Governo que defendemos, o Governo do Estado, fazer mais por quem mais precisa. E fazer mais por quem mais precisa, não tenho dúvida nenhuma, é colocarmos a Assembleia para trazer essa pauta, trazer esse debate nas suas mais diversas nuances na defesa intransigente de políticas públicas para pessoas com deficiência em nosso Estado. Penso, Sr. Presidente, que terei o apoio, sim, dos nossos colegas deputados e deputadas. Com essa frente instalada espero, assumindo a presidência, me doar nesta tarefa de poder contribuir com o nosso Estado, com essas pessoas que são, na grande maioria, carentes.

Hoje, na avaliação feita, 10% da população está enquadrada como deficiente físico. A cada 100 pessoas deste Estado 10 são deficientes físicos de alguma natureza. Essa é uma estatística que tem de ser reconhecida pelo Estado, tem de ser reconhecida pelo legislador e tem de ser mitigada.

Tive a oportunidade, enquanto vereador, de ter uma experiência extraordinária. Durante o mandato e também no exercício da tarefa de conversar com a sociedade, de organizar, de promover na minha cidade um jantar, uma macarronada em que foram convidados pais e também crianças e jovens autistas. Foi um desafio enorme, porque essa tarefa levou preocupação a nossa assessoria.

Dialogando com esses pais, nos convencemos de que era o momento de chamar a atenção da sociedade, de chamar a atenção da imprensa da cidade para debater essa questão. Cada família que tem um familiar, desculpe a redundância, uma criança, um adolescente, um adulto autista gera uma série de transtornos que extrapolam o âmbito da residência, contagia, e abraça um número enorme de pessoas que sofrem. Até porque há um número pequeno de políticas públicas para os autistas.

Quero, aqui, parabenizar o governador Rui Costa que, durante o seu governo, buscou recentemente um entendimento com uma organização social e entregou, aqui, na Bahia, um centro de referência, excelente oportunidade para pais e mães de pessoas autistas.. Mas nós, que temos uma Bahia tão grande, que conhecemos e vivemos um Estado com essa dimensão, precisamos implementar, precisamos provocar a construção de mais centros como esse.

Portanto, eu não tenho nenhuma dúvida de que haveremos de fazer esse enfrentamento, de trazer esse debate para a Casa. Esta é a Casa do povo, é a Casa de todo o povo da Bahia. Esta Casa precisa ter um fórum que dê voz e vez às pessoas com necessidades especiais.

Recentemente estive na minha cidade com a secretária executiva da APAE, e observamos que apesar de 500 pessoas estarem lá sendo atendidas pela APAE de Feira de Santana, existe uma fila de 1.500 querendo entrar. E ainda há aquelas que não se aproximaram do processo, porque não têm nem a coragem de pegar aquela fila. Daí a gente vê a enorme carência e o enorme vazio que existe nessa assistência. Nós, com 417 municípios no Estado da Bahia, temos apenas 76 APAEs instaladas e funcionando, sendo que uma boa parte delas está deficitária.

Neste momento, inclusive, em que tomou posse, instalou-se a nova direção, a Federação Estadual de APAEs que foi instalada no último 23 de janeiro. Quero também a aproveitar a novidade para mim e para minha região, que é a nossa presença na Assembleia Legislativa, para me ombrear com eles e junto com eles implementar e provocar.

Penso que é um dos maiores e mais importantes papéis da vida de um homem público é atuar como agente provocador, assim como penso também, que o cidadão e a cidadã, a sociedade civil organizada deve nos provocar. Hoje, a credibilidade da classe política, talvez, neste País, nunca tenha andado tão rebaixada. A cada um cabe fazer a sua parte e eu sempre digo e me comunico com as pessoas que eu interajo politicamente. Não adianta criticar, provoque. Antes de criticar, seja um agente provocador, seja um agente do bem para a sociedade, fazendo a provocação a quem detém o mandato, a quem foi eleito pelo povo, a que recebe o dinheiro do povo para viver e para pagar as contas.

Portanto não tenho aqui, Sr. Presidente, a menor dúvida de que nós contaremos com o apoio de deputados e deputadas da Assembleia Legislativa da Bahia e já pedi o apoio de V.Ex^a, que hora preside esta sessão, no sentido de que devamos abrir o mais rápido possível. Amanhã, exatamente às 14:30h, gostaria de convidar a todos para estarem presentes na Sala Jairo Azi, quando estaremos realizando a assembleia que irá funcionar como assembleia de instalação da construção desta frente parlamentar.

Sobre o que V.Ex^a, deputado Joseildo, colocou aqui sobre a preocupação que nós do campo progressista devemos ter com essa agenda que tramita, hoje, em âmbito nacional, uma agenda que nos preocupa bastante, estamos cada um sendo provocados e fazendo a nossa parte. Vamos levar para Feira de Santana, no início do mês de março, uma audiência pública para tratar desta reforma assombrosa, que é esta reforma da presidência que está em pauta, porque ela castiga, ela afronta conquistas e direitos, principalmente dos trabalhadores rurais.

Quando falo nos trabalhadores rurais eu quero dizer que nós, deputado Marcelo Nilo, que somos nordestinos, que convivemos com a aridez do Sertão, da Caatinga, sabemos que o trabalhador rural desta região do País, difere, e muito, do trabalhador rural de outras regiões que não recebem anualmente, dia após dia, os castigos da falta de chuva. E nós precisamos aprender, ainda, por falta cultura de convivência com a seca, as políticas públicas trazidas até aqui ainda são ineficientes para trazer o melhor nível e grau de convivência das pessoas com a estiagem e com a seca.

Semana passada, tive a oportunidade de passar por Nova Soure, dirigindo-me até Santa Bárbara, passando por Tanquinho, por Nova Fátima e chegando, a noite, em Capim Grosso, tive a oportunidade de sentir mais de perto o quanto está sofrendo esse povo do Sertão em nosso Estado. Lá em Nova Soure, uma casa de farinha em bom estado, e o presidente da associação me disse, com lágrimas nos olhos, que desde 2010 não saia um quilo de farinha porque não tinha mandioca, porque a escassez de chuva não estava permitindo a colheita desta matéria prima.

Portanto Sr. Presidente, agradeço a V.Ex^a e também já a agradeço aos deputados que possam nos ajudar assinando o termo de instalação dessa Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos e de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao do Bloco Parlamentar PSDB/PRP/PPS para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, neste horário estão inscritos, por 5 minutos e 30 segundos cada, o deputado Leur Lomanto e eu. E a pedido do Líder Luciano, informo que o nobre deputado Sidelvan Nóbrega está inscrito para falar durante todo o tempo do DEM/PV, 11 minutos.

Pelo tempo de 5 minutos e 30 segundos, com a palavra o nobre Líder da Minoria, deputado Leur Lomanto.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, a Oposição há muito tempo vem questionando, nesta Casa, o governo do Estado em relação ao número excessivo de projetos encaminhados para cá que tramitam em regime de urgência. E aproveito esta oportunidade para parabenizar o presidente Angelo Coronel pela iniciativa que teve. Logo ao assumir a Presidência desta Casa, ele deixou claro que todos os projetos oriundos do Poder Executivo devem ser encaminhados, imediatamente, às Comissões Temáticas, a fim de serem debatidos e apreciados pelos parlamentares, e assim eles possam apresentar as suas emendas. E aí, sim, o projeto já maduro, discutido, seja encaminhado para a apreciação e votação do Plenário desta Casa.

Ao abrir os trabalhos Legislativos, o governo estadual encaminhou a esta Casa o seu primeiro projeto, o que institui o Fundo Penitenciário do Estado da Bahia, o Funpen. Depois de ler, debater e conversar com a nossa Bancada da Oposição, gostaríamos, primeiro, de ressaltar que esses recursos, que são oriundos do governo federal, na verdade já estavam disponíveis para serem aplicados na melhoria do sistema prisional não só da Bahia, mas de todo o Brasil. No fim do ano passado, o governo federal fez o repasse de cerca de R\$ 1,2 bilhão para que os Estados da Federação possam aplicar nos seus sistemas prisionais.

Infelizmente, a Bahia, no final do ano passado, deputado Sidelvan, não pôde receber esses recursos, que seriam repartidos e cada Estado ficaria com cerca de R\$ 44 milhões, por não ter esse Fundo Penitenciário. A grande maioria dos outros Estados brasileiros receberam por já possuírem os seus, mas na Bahia não existia e ainda não existe esse Fundo para que os recursos cheguem ao nosso Estado.

A Oposição sempre se portou nesta Casa em defesa dos interesses do nosso povo e do nosso Estado e nunca se furtou de votar a favor daqueles projetos que venham beneficiar o interesse da população baiana. Então não seria diferente agora, Sr^{as} e Srs. Deputados, em relação a um projeto dessa importância, em que o governo federal, volto a ressaltar, resolve estender a mão aos Estados para amenizar esse grave problema que é o sistema prisional do nosso País.

Quem não se lembra das diversas rebeliões aconteceram Brasil afora, e também na nossa Bahia, neste e no ano passado, quando o governo do presidente Michel Temer agiu de forma imediata, garantindo esses recursos para serem aplicados nos

Estados brasileiros, inclusive aqui.

Daí que a Oposição resolve, de forma bastante clara, propor ao Líder do Governo, deputado Zé Neto, devido à importância desse projeto, da gravidade em que se encontra o sistema prisional baiano, abrir mão de fazer qualquer discussão. A discussão, sim, será feita em Plenário, mas que se faça a dispensa de formalidades para que esse projeto seja aprovado de forma imediata. E assim esses recursos cheguem rapidamente ao nosso Estado e possam ser aplicados para melhorar o sistema prisional da Bahia.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de 5 minutos e 30 segundos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, das Galerias, Srs. Funcionários da Casa, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, em boa hora chego a esta tribuna sucedendo aqui o Líder Leur Lomanto, que acabou de ter um gesto nesta Casa – aqui estou faz 18 anos – que eu ainda não havia assistido. A demonstração de uma Oposição que está forte, ascendente, com perspectiva de poder, diferentemente da Bancada de Governo, que está alquebrada, fragilizada, não vê no horizonte nenhuma perspectiva de se perpetuar no poder; muito pelo contrário.

Ainda hoje, meu deputado Líder do PT, me perguntaram se essa minha vestimenta estilizada de vermelho, a gravata e o tênis, era para louvar o PT? Eu disse que era para comemorar a queda do PT.

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. TARGINO MACHADO:- Mas quero parabenizar a Bancada da Oposição, muito bem conduzida no passado pelo deputado Sandro Régis, e agora, no presente, pelo deputado Leur Lomanto, que dá aqui hoje uma demonstração de que se pode fazer oposição sem sectarismo, sem intransigência e que a vida é feita de gestos.

O gesto que faz o deputado Leur Lomanto estendendo a mão para esse governo que nenhum gesto é capaz de fazer, nem mesmo de cumprir a lei com os Srs. Deputados da Oposição nesta Casa, honrando as emendas impositivas, mesmo assim a Oposição faz esse gesto formidável, deputado Luciano Ribeiro. Espero que eles tenham bons intérpretes para esse gesto, que possam compreender e entender que a Oposição não quer um governo menor nem maior; a Oposição quer uma Bahia melhor para os baianos.

Concedo um aparte ao deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Meu caro deputado Targino, quero aproveitar o seu discurso para qui também parabenizar o Líder Leur. Veja que tem sido a bandeira da nossa Bancada cobrar que os projetos oriundos do governo não sejam aqui aprovados sempre em regime de urgência. Mas o nosso Líder está a reconhecer que o regime de urgência é necessário, deve existir quando há de fato urgência. E o Líder reconhece que a urgência existe nesse caso, por isso, deve ser aplicada. Daí dispensar todas as formalidades.

Ressalte-se somente que a urgência é necessária nesse projeto por desídia do governo, que está desde o ano passado sem receber os recursos oriundos do Fundo Nacional porque ainda não aprovou esse projeto de lei.

Portanto, quero parabenizar toda a Bancada da Oposição, através do Líder Leur Lomanto.

Muito obrigado, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Incorporo o aparte de V.Ex^a, deputado Luciano, ao nosso pronunciamento. E digo mais, tenho certeza de que a Oposição, tantas vezes precisar fazer isso, o fará, numa demonstração de amor à Bahia.

Não seria através da votação nesta Casa de requerimento de urgência que o governo conseguiria aprovar isso no prazo recorde que a Oposição se dispõe, até porque teremos em breve, já na próxima semana, o início do Carnaval, o que dificultaria muito a vida do governo para aprovar os projetos nesta Casa, como eles gostam, a toque de caixa, sem discussão.

Mas quero concluir a minha fala, Sr. Presidente, referindo-me a uma parte do discurso do deputado Joseildo Ramos, que, diria, até de uma forma raivosa se refere ao governo federal e à PEC 55, que limita os investimentos em saúde e educação. E teve um aparte da deputada Fabíola Mansur, que é médica, minha colega. E o que preciso dizer a eles é que o grande investimento que o PT precisava ter feito na saúde nesses 12 anos – e não fez – seria reajustar a tabela dos procedimentos do SUS, o que tem levado os prestadores de serviços do SUS à quebradeira, à falência. E quantos bilhões foram retirados da saúde com essa estagnação, com essa não correção das tabelas do Sistema Único de Saúde?

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância de V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o do PSL para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Angelo Almeida:- Sr. Presidente, falarão os deputados Marcelo Nilo e Zé Raimundo, respectivamente, por 5 e 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Marcelo Nilo.

O Sr. MARCELO NILO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Brasil vive hoje um problema muito sério com relação à segurança pública. Todos os Estados do Brasil passam a ter a segurança pública como a prioridade de qualquer governo. Na Bahia, constantemente temos informações de que uma quadrilha assaltou um banco, de que a quadrilha assaltou caixas eletrônicas, principalmente nas cidades pequenas. Vários municípios do nosso Estado têm apenas um banco, que geralmente é o do Banco do Brasil.

Na cidade de Antas, por exemplo, o Banco do Brasil já foi assaltado nos últimos 4, 5 anos, no mínimo, 4 vezes. E quase todas as vezes em acontecem esses assaltos os caixas são dinamitados. Consequentemente, a cidade fica sem um banco para que a sociedade possa movimentar os seus recursos.

Antas é apenas um exemplo, mas são várias cidades do Brasil em que os bancos são dinamitados, são fechados. Consequentemente, o comércio é penalizado, tendo em vista que os 3 recursos principais, os recursos que são mais movimentados no interior do Estado, nas cidades pequenas, são a aposentadoria, os recursos municipais e o Bolsa Família. Ora, se você não pode receber o Bolsa Família, a sua aposentadoria, os recursos dos funcionários estaduais ou municipais, aqueles cidadãos ou cidadãs vão para o município mais próximo, consequentemente, gastam no comércio da cidade vizinha. Ou seja, uma cidade que não tem banco significa a falência do próprio comércio.

Por exemplo, quando o aposentado vai receber o salário-mínimo em uma cidade vizinha que tenha banco, ele praticamente gasta todos os seus recursos por 2 fatores: primeiro, com medo de se deslocar para a sua cidade de origem para não ser assaltado e, segundo, procura fazer a sua movimentação no comércio, no qual ele recebe os recursos públicos ou privados. Consequentemente, deixa o comércio da sua cidade de origem numa situação difícil.

Nesta semana, estive na cidade de Antas, e vários comerciantes me procuraram solicitando que nós adotássemos as providências necessárias e cabíveis, que usássemos a força de ser deputado para reabrir o Banco do Brasil. Isso ocorre em praticamente todas as cidades pequenas de menor porte, principalmente as do nosso Semiárido, com a situação da seca, a situação das cidades sem banco, sem nenhuma indústria, com o comércio agora sendo dizimado com várias e várias lojas fechadas porque não existe movimentação de recursos no próprio comércio local.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero sugerir ao governo do Estado que faça um convênio com os sindicatos dos bancos para que possa mantê-los bancos funcionando. Acho que os bancos – concluindo, Sr. Presidente – devem adotar uma estrutura mínima para dar segurança, junto com o governo do Estado e o governo municipal, sob pena de serem dizimadas as cidades pequenas, principalmente no Semiárido baiano.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância de V.Ex^a
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo, da cidade de Vitória da Conquista, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, nesse mesmo diapasão do meu antecessor, que usou a tribuna, deputado Marcelo Nilo, gostaria também de dizer que há cidades sem nenhum banco e há cidades que vêm diminuindo a sua estrutura bancária e financeira em função das medidas do governo Temer. É o caso de Vitória da Conquista.

A Superintendência do Banco do Brasil, 2 agências, a Caixa Econômica, o Banco do Nordeste, todos estão anunciando redução de suas unidades, com o desemprego, e, naturalmente, diminuindo também a oferta de serviços bancários. E, pasmem os Srs., Vitória da Conquista, reconhecidamente, é a cidade com a melhor superintendência, tanto da Caixa Econômica como do Banco do Brasil, ganhando até,

salvo melhor juízo – se os números forem aqui trazidos –, para Feira de Santana.

Mesmo assim, Vitória da Conquista está sofrendo um ataque do governo federal, e o prefeito do PMDB dizia que teria portas abertas, gabinetes abertos em Brasília. Só que ele abre a porta, fala, volta e não leva nada para Vitória da Conquista. Esta é a realidade até agora. Mas não quero fazer críticas, vamos aguardar, eu não quero ser açodado, não caberia, mas estou tratando da questão do banco, que poderia ser, evidentemente, uma medida estruturante.

O Sr. Zó:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Mas que poderia, melhor juízo...

Pois não, nobre deputado Zó.

O Sr. Zó:- Essa questão do fechamento das agências não é só em Vitória da Conquista. Em Juazeiro e também Petrolina, cidade vizinha em Pernambuco, foram fechadas unidades do Banco do Nordeste, do Banco do Brasil. Nós cobrávamos uma superintendência da Caixa Econômica para atender Juazeiro e região, porque somos vinculados à Superintendência da Caixa em Feira de Santana, que fica a 400 km, estamos pleiteando a superintendência para Juazeiro, mas tivemos a surpresa do fechamento das agências bancárias.

Só estou colocando essa situação porque, também em Juazeiro, estamos tendo esse problema. Inclusive o sindicato dos bancários, o CDL e outros clubes de serviços de lá estão fazendo protestos, ações que, em breve, vou trazer para a Assembleia Legislativa também, e acho que todos os deputados vão assinar porque acho que ninguém concorda com o fechamento de agências bancárias em municípios importantes, como Vitória da Conquista, como Juazeiro e outras cidades onde sei que as unidades estão também fechando.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- E que polo belíssimo é aquele, Juazeiro-Petrolina, com a produção de frutas, de vinhos, com o agronegócio, enfim. Vejam os senhores, portanto, que, se os polos de desenvolvimento regionais estão sendo deprimidos, imaginem as pobres cidades que carecem das intervenções governamentais.

Mas, ao lado dessa questão tratada aqui, Sr. Presidente, gostaria também de dizer que, no quadro geral deste País, na linha da crise, agora aparece uma outra situação muito perigosa, que é o esfacelamento das instituições de segurança pública. Acho que todos os partidos, todas as lideranças, precisam encontrar urgentemente um caminho para assegurar a retomada do desenvolvimento econômico, da estabilidade institucional, o que efetivamente... Não quero aqui responder aos golpistas com uma medida doutrinária, mas é fundamental que debatamos o quadro institucional, precedendo as eleições de 2018, com uma agenda de reforma política e institucional neste País. Se nós não reformarmos o Estado, se nós não repensarmos as estruturas jurídicas deste País, o Judiciário, a Segurança Pública, o Parlamento, as Câmaras de Vereadores, as Assembleias Legislativas e o Congresso Nacional, haverá, mais cedo ou mais tarde, uma rebelião geral contra o mundo da política, contra o Estado.

E aí temos que louvar o esforço do governador Rui Costa, que, mesmo com as dificuldades, vem investindo na segurança. Amanhã mesmo ele estará na bela cidade de Jequié, cidade do nosso presidente Leur Lomanto, ele vai anunciar importantes ações, vai distribuir viaturas, ambulâncias e vai fazer... Claro, talvez V.Ex^a não saiba,

mas tem ali, no bolso dele, uma agenda que o senhor vai gostar, Jequié vai ficar feliz amanhã, além de outras ações. Por exemplo, em Barreiras, no dia 17, o governador vai entregar um helicóptero para a Graer em Barreiras.

Gostaria de solicitar ao governador logo, logo, a presença em Vitória da Conquista também para anunciar obras importantes na área da segurança pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente, que dirige esses trabalhos; vice-presidente desta Casa, que, com certeza, estará feliz amanhã pelas ações do governo em Jequié.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, no horário citado, falarão por 5 minutos e meio o deputado José de Arimatéia e, pelo tempo restante, o deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia, pelo tempo de 5 minutos e meio.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Deputados, imprensa, Canal Assembleia, que faz esta cobertura, venho a esta tribuna, Sr. Presidente... inclusive já tinha até preparado um discurso, mas gostaria de entrar nesse assunto que vamos votar na próxima semana, o Fundo Penitenciário do Estado da Bahia, Funpen. A aprovação, como já foi falado aqui, chegou na hora oportuna, por conta do que estamos vivendo e vivenciando em vários Estados: o problema da superlotação nos presídios.

Mas, já que se fala de Fundo, eu gostaria de pedir ao governo do Estado que ele cumpra a instalação do Fundo Estadual do Idoso, que, desde de 2013, não foi instalado. Nós aprovamos, fui o relator desse projeto do governo do Estado, e esse Fundo ainda não foi instalado. Outros estados já criaram esse Fundo. Agora, o governo aqui vai receber, para o Fundo Penitenciário, 44 milhões e 800 mil reais.

A criação do Fundo Estadual do Idoso é de maneira contrária, deputado Rosemberg: o governo cria o Fundo, instala-o, e as instituições públicas e privadas poderão fazer doações para esse Fundo, como o cidadão comum, que poderá fazer a doação e ter o valor descontado do imposto de renda. O idoso não tem 1 centavo, nem do governo federal nem do governo do Estado, para ser colocado no Fundo que deve ser criado.

A pergunta é: por que o governo está demorando tanto? O que está faltando? O Conselho Estadual do Idoso da Bahia tem se reunido várias vezes, já esteve com o secretário de Justiça, a OAB também está colaborando, o Ministério Público, todas as instituições estão fazendo o seu papel. Agora, só cabe a boa vontade do Ex.^{mo} Governador, deputado professor José Raimundo. V.Ex^a não imagina a importância que terá quando o governo criar. O Rio Grande do Sul já criou o Fundo Estadual do Idoso. Outros estados já criaram. Então, gostaria de chamar a atenção do governo...

O Sr. José Raimundo:- Terá isenção fiscal...

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- (...) Exatamente, existe as fontes! Aí fico

imaginando, a do Fundo Penitenciário já está pronta em Brasília. O governo, será que ele não acredita que o Estado da Bahia pode ajudar, para que as políticas públicas para os idosos, obedecendo ao Estatuto do Idoso, possa sair do papel?! Quando a gente cobra do governo, a desculpa é sempre aquela: não tem recurso.

Então, eu gostaria de fazer aqui esse apelo, já que na próxima semana estaremos voltando à discussão desse projeto. Seria muito bom que o governo mandasse essa boa notícia, já que existe o acordo da Minoria para aprovar, dispensando as formalidades, o Fundo Penitenciário para o Estado da Bahia, onde a Bahia e o Estado do Ceará são os únicos estados que faltam ser aprovado.

Mande essa notícia, Sr. Governador, para que os idosos da Bahia possam ser respeitados, para que V.Ex^a possa ter como fazer as políticas públicas em benefício dos idosos saírem do papel. Era isso que eu gostaria de registrar.

Para concluir, Sr. Presidente, já que meu tempo está indo embora, gostaria de dizer que esse deputado ficou como membro da Comissão de Saúde e Saneamento. Estarei dando a minha contribuição de cabeça erguida, porque eu vejo que a saúde não tem partido. A saúde precisa, realmente, de pessoas que queiram fazer. É por isso que eu estou como presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde e Institutos de Pesquisas Afins na Bahia, que estará colaborando com a saúde do Estado.

Eu gostaria de dizer aqui para os meus amigos que nos assistem agora, que eu fiquei como presidente, duas vezes, da Comissão de Saúde e 2 anos como vice-presidente. Mas, agora, estarei como membro e continuarei a lutar para que a Bahia tenha uma saúde de qualidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Sr^{as} e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos e 30 segundos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero abraçar, no setor de imprensa, o nosso querido radialista Itamar Ribeiro e o decano do rádio Antônio Carlos Cerqueira, que ficou conhecido em Feira de Santana como o “professor do amor”. Um abraço, Antônio Carlos Cerqueira. Obrigado pela visita!

Mas, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, comemoro a aprovação em primeiro turno da PEC que autoriza a prática da vaquejada. Por 55 votos a favor, 8 votos contrários e 3 abstenções, foi aprovada em primeiro turno a PEC que autoriza a prática da vaquejada.

Por uma decisão do Supremo, ano passado, baseando-se em uma lei do Ceará, o Supremo determinou que essa lei era inconstitucional. E isso provocou Brasil afora algumas decisões de alguns juízes, orientados pelo Ministério Público, de que deveriam cancelar esses eventos. Inclusive em nossa região algumas vaquejadas chegaram ao cancelamento.

Com essa medida, que ainda vai passar por mais uma votação na Câmara e no Senado e outra votação na Câmara, creio que se estabelece que a prática da vaquejada quando estiver dentro da manifestação cultural estará amparada pela decisão do Congresso. Assim, quero comemorar com todos os que defenderam, que subiram a

esta tribuna para protestar e para discordar da decisão do Supremo Tribunal Federal.

Eu ouvi há pouco o deputado Leur Lomanto subir a esta tribuna e falar do trabalho da Oposição, consoante ao deputado Targino Machado. Nós, hoje, somos 21 deputados. E olha que nós estamos enfrentando, de forma muito aguerrida, a Situação, com 42 deputados.

Nós estamos neste Plenário, a essa hora, faltando pouco mais de 10 minutos para as 5h da tarde, numericamente empatados com os governistas aqui. Isso mostra o compromisso da Oposição. Mas, não é a oposição que o PT fez no passado, radical, raivosa. Não. Quanto pior, melhor. Na Oposição, hoje, não tem nenhum Nero. Ninguém quer incendiar nada. Quer apenas colocar as suas opiniões através de seus discursos, exercendo os seus mandatos, chamando a atenção para as mazelas do Estado, chamando a atenção para que o governo corrija os seus equívocos.

Porque, nós entendemos, nós somos cidadãos e cidadãs. Se a estrada está esburacada, reflete em todos nós. Se a segurança pública vai mal, estamos à mercê dessa bandidagem. Se a saúde pública vai mal, estamos também a reclamar porque nossos entes queridos, nossos amigos eleitores também estão padecendo nas filas dos hospitais. Se a educação vai mal, compromete o futuro dos nossos filhos.

Então, estamos a alertar o governo para corrigir esses equívocos. Prefiro chamar de equívocos. Prefiro alertar como um dos membros da Oposição, para que haja a correção. Não espere que sejamos aqui, como falei há pouco, integrante de uma Oposição raivosa, onde tudo está errado, nada presta, ao ponto do PT, no passado, ser contra a vinda da Ford para a Bahia.

Essa oposição que o PT fez no passado nós não faremos no presente nem no futuro porque, acima de tudo, temos compromisso com esse Estado, temos compromisso com a Bahia, temos compromissos com os nossos mandatos. E quanto mais o Estado estiver pior, mais dificuldades terão os nossos eleitores.

Então, Sr. Presidente, parabeno V.Ex^a como Líder da Oposição, que está dando o tom. Estamos no compasso da paz, mas o compasso da altivez, dizendo que isso está errado. Não corroboramos, não aceitamos o que está errado nesse Estado. Mas, queremos, sim, defender as nossas posições, os nossos pontos de vista, sem agressividade, numa oposição ao que fez o PT no passado. Sr. Líder, não conte com esse deputado para fazer aquela oposição que o PT fez, mas conte para fazer oposição propositiva. Crítica, mas, acima de tudo, apontando onde pode estar a solução.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PSD para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos. Convido o vice-presidente, deputado Luiz Augusto, para assumir o seu posto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Falará pelo tempo de 6 minutos esse deputado que vos fala, e falará por 5 minutos o deputado Zó, de Juazeiro. Se V.Ex^a permitir.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Com o maior prazer, deputado.

Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa,

servidores, visitantes, meu querido Presidente Leur Lomanto Júnior... e assume, neste momento, Luiz Augusto. Quero dizer que ouvi aqui atentamente várias intervenções. Ouvi aqui o deputado Carlos Geilson falando do Partido dos Trabalhadores e o deputado Targino Machado, que diz que comemora a decadência do nosso partido.

Eu, deputado Carlos Geilson, ouvi durante muito tempo, a discussão de que era preciso mudar o governo brasileiro porque o Partido dos Trabalhadores levou o País a uma situação de muita dificuldade. Mas não são os indicadores do próprio governo que demonstram essa situação, deputado Zó. Os governos do PT tiraram 40 milhões de pessoas da extrema pobreza. E os índices do governo federal de hoje dizem que esse governo levará de volta a extrema pobreza, até o final deste ano, 3,6 milhões de brasileiros.

O governo do Partido dos Trabalhadores fez com que a área de exploração de petróleo no Brasil tivesse, pelo Estado brasileiro, a garantia de que tudo aquilo que fosse explorado pertencesse, na área do pré-sal, ao Estado brasileiro. As empresas exploradoras de petróleo, inclusive a Petrobras, só tinham o direito de receber um percentual dos serviços para fazer essa exploração. Com isso se constituiu um fundo soberano para custear saúde educação, cultura. E o governo atual do PMDB entrega as reservas brasileiras ao capital internacional como se isso fosse a solução do problema da área de exploração no Brasil.

Eu, realmente, estou perplexo com algumas colocações; porque, diferentemente, do discurso para substanciar o golpe que foi dado na presidente eleita legitimamente por 54 milhões de brasileiros, esse discurso é desconstruído na prática por um governo corrupto, um governo sem direção, um governo em que todos os gestores do primeiro escalão que estão no gabinete do presidente golpista da República ou estão denunciados, ou respondendo à Operação Lava Jato, alguns deles afastados pelo presidente. Ou seja, ainda ontem, chegou-se a uma situação em que o presidente, para tentar se sustentar, disse que vai tirar do ministério os ministros denunciados que se tornarem réus. Acredito que, daqui a 6 meses, não sobrarão um ministro desse governo.

É esse governo que dizia que iria resolver os problemas do Brasil e que foi o Partido dos Trabalhadores aquele que institucionalizou a corrupção no Brasil. Era esse o discurso que eu ouvia aqui, que ouvia no Brasil. Hoje, a maioria dos deputados se sentem envergonhados porque todo o discurso que se falava, na realidade, o governo corrupto, sem rumo, sem direção, que não gosta do povo, que quer um governo para perpetuar o projeto de uma elite que governou esse Brasil durante muito tempo e que agora leva 3,6 milhões de brasileiros à extrema pobreza, ou seja, é esse debate que estou vendo aqui...

Lamento, meu querido amigo deputado Targino Machado, que V.Ex^a diga que comemora a queda do Partido dos Trabalhadores, partido esse que faz 37 anos de existência e se orgulha imensamente de ser o partido que melhorou a vida da maioria dos brasileiros, excluídos pelos partidos que hoje dirigem, que estão na direção política desse governo que não teve capacidade eleitoral de se eleger e instituir o golpe.

Ainda ontem, ouvi o inquisidor do Paraná, o Sérgio Moro, tomar uma medida

esdrúxula questionada pelos maiores juristas do Brasil, porque deixou de ser um juiz para ser um inquisidor, para defender uma posição de acusador e não juiz moderador, como deveria ser. É esse o golpe perpetrado no Brasil, é isso que estamos vivendo. Quero dizer aqui que tenho um orgulho imenso de ser deputado e militante do Partido dos Trabalhadores, que faz história e continuará fazendo, mas com o olhar das minorias para que possamos melhorar todos os dias a vida dos homens e mulheres que foram excluídos no passado e que estão sendo excluídos neste novo governo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra, o deputado Zó por até 5 minutos.

O Sr. ZÓ:- Sr. Presidente, colegas deputados, diferente do amigo Targino, quero parabenizar o Partido dos Trabalhadores pelos 37 anos, partido parceiro. E agradecer, em nome dos deputados amigos da Assembleia, em nome do presidente Lula e da presidente Dilma, porque, hoje, lá no sertão, tão esquecido durante anos, temos ações importantes que impactam na vida das pessoas.

Não tive a oportunidade, que minha filha está tendo, de estudar na Universidade Federal do Vale do São Francisco, fruto da política de expansão universitária do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ela está estudando em Petrolina, é só atravessar a ponte, porque os cursos de saúde são em Petrolina. Antigamente, em Juazeiro, se alguém quisesse fazer um curso fora da área de agronomia, pedagogia, comunicação e direito, tinha de vir a Salvador ou a outra cidade, porque em Juazeiro não tinha. Às vezes falam do bolsa família, dizem que é esmola, falam de uma série de coisas, mas vou falar de uma ação também importante como o bolsa família, que é a universidade. Esse é um aspecto importante.

Neste momento, queria também aproveitar para parabenizar a gestão do prefeito Paulo Bonfim, em Juazeiro, pela realização do Carnaval antecipado. Carnaval que movimentou a economia, que deu taxa de ocupação nos hotéis, que recebeu em torno de 100 mil pessoas por dia: 40 mil dessas pessoas de cidade vizinhas, 25 mil de Petrolina e 15 mil de outras cidades do entorno e do Brasil inteiro. Isso deu uma movimentação na economia, arrumou-se um modelo importante em parceria com empresários do ramo de bebidas, que conjugou a avenida e o palco. Eles ficaram com a exploração de bebidas e fizemos uma parceria, temos buscado durante anos e a cada dia encontramos um modelo melhor desse Carnaval sustentável. Um Carnaval grande, bonito, mas no qual sejam aplicados poucos recursos públicos. Apesar de que o recurso público aplicado também se reverte em trabalho para a pessoa que vende cerveja, para o catador de latinha, para o que faz a segurança, para os que trabalham nos hotéis, nos restaurantes, nos bares. Então, esse aspecto importante foi feito no Carnaval em Juazeiro.

Quero agradecer, também, à Bahiatursa pelo aporte de recursos na ordem de R\$ 300 mil para o Carnaval de Juazeiro, entendendo a importância daquele Carnaval. Como dizemos, a festa do Carnaval da Bahia começa em Juazeiro com grandes atrações como Bel, Timbalada, Aviões do Forró, Léo Santana, bandas de forró e uma série de outras atrações que animaram aquele Carnaval. Fora os blocos alternativos,

outras atrações locais, diversos artistas locais tiveram a oportunidade de tocar na avenida e em mais 2 palcos. Uma festa importante que marca o calendário festivo da Bahia.

Quero agradecer, também, às polícias, através da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária, Guarda Municipal, todos os órgãos que participaram dos festejos, a Secretaria de Cultura, através do secretário Sérgio Fernandes; o superintendente de evento Samuel Moraes; toda a equipe da Secretaria de Cultura; Secretaria de Ação Social; Secretaria de Trânsito, todos eles que interagiram para que pudéssemos fazer esse carnaval. Eu, como bom carnavalesco que sou, fui nos 3 dias para a avenida, não podia faltar. Participei e posso dizer, deputado Rosemberg, nosso presidente Luiz Augusto e todos que estão aqui: foi um excelente carnaval, com muita segurança, sem violência e com muita animação.

Convidei alguns colegas deputados, poucos puderam ir, poucos puderam participar, mas lembro da participação do deputado Daniel Almeida, do ex-prefeito Isaac, que novamente participou, e do folião juazeirense, do folião da região, que fez a grande festa. Mando um abraço especial para o bloco Filhos de Zaze, o Afoxé da região, e um abraço para todos os artistas da região, em nome dos Filhos de Zaze.

Um grande abraço. Certamente, no ano que vem, quero que o deputado Zé Raimundo, o deputado Rosemberg Pinto, o deputado Luiz Augusto e todos os deputados que puderem comparecer estejam lá para festejar o carnaval de Juazeiro. Vocês não foram neste ano, mas, no ano que vem, vão lá participar do nosso carnaval.

Um grande abraço.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Aguardarei o convite, estarei lá com você no próximo Carnaval antecipado de Juazeiro.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo ou da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

Com a palavra o nobre deputado Zé Raimundo para falar por todo o tempo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, volto a esta tribuna para fazer uma breve consideração sobre a fala do nobre deputado José de Arimateia com relação aos fundos e aos conselhos.

Queria dar aqui o meu testemunho de que tenho por hábito, na medida do possível, fazer doações para os fundos incentivados. No final do ano passado, procurei-os em todo o Estado, e vários municípios não têm fundos regulamentados. Porque evidentemente me inspirei num artigo da *Folha de São Paulo* sobre o fato de muitas vezes nos queixarmos do Imposto de Renda, do leão, mas não termos o cuidado... Fui gestor, os fundos estavam nascendo na época, constituímos conselhos e, logo em seguida, regulamentamos o fundo, que foi o Fundo do Conselho da Criança e do Adolescente de Vitória da Conquista.

Há um ano, doe R\$3 mil a esse fundo; este ano, em dezembro, doe R\$8 mil do Imposto de Renda, porque no ano anterior você pode doar até 8% do imposto devido, que não é seu, é um dinheiro do imposto, você abate e destina para o seu fundo

municipal. Mas eu queria também destinar para o idoso, e efetivamente o fundo estadual do idoso não está regulamentado. Descobri isso em dezembro, conversei com o então secretário, professor Geraldo Reis, ele se comprometeu a encaminhar, e houve essa mudança.

Então, gostaria de solicitar ao nosso querido amigo Carlos Martins, que acabou de assumir a pasta de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, para que possa regulamentar o Fundo do Idoso, que é presidido por um grande médico geriatra, Dr. Agenor Gordilho, o presidente deste conselho.

Temos, em Vitória da Conquista, ao longo desses anos, todas essas políticas públicas estruturadas, o Fundo da Criança e do Adolescente, com políticas públicas, conselhos de vários outros segmentos – como o Conselho do Idoso, embora o fundo não seja regulamentado. É importante também que nós, deputados, possamos divulgar e incentivar nossos prefeitos, porque, no caso desse fundo, não custa nada para o governo, pelo contrário, é para receber doações. E, ao ser regulamentado, não precisa de destinação orçamentária prévia, mesmo porque quem gerencia o fundo não é nem a prefeitura: é o conselho, é a representação da sociedade. Por exemplo, eu fiz a doação lá no Conselho da Criança e do Adolescente e recebi – posso na hora que quiser trazer aqui – o recibo de R\$6 mil agora em dezembro para descontar no Imposto de Renda. E lá, na hora de declarar, eu posso complementar com mais 2%. A vantagem de se descontar antes é que você desconta uma taxa maior: até 8% do imposto devido, levando em consideração as parcelas que foram descontadas. É muito simples. A mídia, que tanto poder tem, às vezes nem sequer divulga as informações de interesse público. Se nós fizéssemos uma campanha em Feira de Santana, se V.Ex^a, deputado Carlos Geilson, no seu programa – que eu ouvi hoje –, fizer uma campanha para o Fundo da Criança, do Adolescente e do Idoso, eu tenho certeza de que a sua votação irá aumentar em Feira de Santana. Tenho certeza disso. E o fundo vai engordar. É muito simples, gente: em vez de você pagar ao leão, você destina para a sua cidade. É de fato desinformação. Tem uma certa burocracia, mas não é uma coisa que não possamos ultrapassar.

Eram, portanto, Sr. Presidente, nobre colega deputado Luiz Augusto, votado e respeitado em toda a região da Serra Geral – de Guanambi até Ribeirão do Largo –, essas considerações que gostaria de trazer. Tenho certeza de que V.Ex^a também vai contribuir logo, logo com esses fundos estaduais, descontando, do Imposto de Renda, uma parcela para as políticas sociais.

Muito obrigado pela tolerância. Era isso que eu queria deixar aqui registrado nesta tarde.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar DEM/PV para falar ou indicar o orador, pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, permita-me registrar que eu, como médico cardiologista por formação, estou preocupado com a voz dos ilustres deputados que assumiram esta tribuna, todos do PT, porque estão com a voz cansada,

fadigada. Não sei se isso é motivado pela decadência do partido ou se é problema de saúde. Espero que seja só a decadência do partido, pois, por pior que esteja o partido, eu rogo a Deus que a saúde física e mental deles permaneça bem.

No horário do DEM/PV, falará por todo o tempo o deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o deputado Sidelvan Nóbrega, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, quero comungar também da minha preocupação com o deputado Targino, que é cardiologista. Mas, neste caso, eu acho que seria melhor um fonoaudiólogo para analisar a voz de cada um deles.

(Lê) “Sr. Presidente, subo a esta Tribuna, na tarde de hoje, para falar sobre um assunto que esta Casa vem cobrando ao governo do estado, porém, sem nenhum retorno: a situação de abandono dos nossos parques, especialmente do Parque Metropolitano de Pituaçu, onde, no último final de semana, fiquei entristecido com os registros fotográficos feitos por um amigo que estava lá com a família no último final de semana.

Desde outubro do ano passado, o governo do estado instalou uns tapumes no entorno da estrutura que funciona como depósito das obras do artista Mário Cravo Jr., que, por sinal, estão deterioradas por falta de manutenção – colocando em risco a vida das pessoas que vão até o local para apreciar as belezas naturais existentes e as obras do renomado artista.

Um verdadeiro desrespeito com um artista conhecido mundialmente e que doou parte do seu primoroso trabalho para o Governo do Estado, e hoje se vê obrigado a assistir a destruição dessas obras sem que nada seja feito.

É neste mesmo local, onde, no entorno do acervo das obras de Mario Cravo Jr., nas margens do rio, que os pais junto aos filhos costumavam alimentar os peixes do rio. Agora, as famílias foram obrigadas a alimentá-los do outro lado, colocando em risco a integridade física dos visitantes do parque, já que a área em que eles costumavam ficar sentados está interditada.

Senhoras e senhores, quem conhece o Panque de Pituaçu sabe do que estou falando. A iluminação é precária, facilitando a ação de criminosos e de pessoas que vão até o local para pescar. As garrafas que são jogadas no rio durante as madrugadas estão prejudicando a saúde dos peixes e, conseqüentemente, todo o ecossistema neste local.

Senhores e Senhoras, os parques são fundamentais para a cidade, para a população. Foi em meados da década de 50 que esses espaços públicos começaram a surgir, com a intuito de estimular a lazer, a convivência harmônica e a prática de esportes.”

Não vim aqui para fazer discurso de cólera, não, Sr. Governador e deputados de Situação. Eu vim aqui, em nome da população do nosso Estado, principalmente da população soteropolitana, pedir ao Sr. Secretário do Meio Ambiente, Sr. Geraldo Reis, uma resposta urgente para a situação em que se encontram os parques públicos do nosso Estado, especificamente falo em relação ao Parque Metropolitano de Pituaçu, que é remanescente de nossa Mata Atlântica, a qual nossa cidade tem o privilégio de

abrigar.

Por isso, Sr. Governador, faço um apelo, a V.Ex^a e ao secretário de Meio Ambiente de nosso Estado, para que olhem para o Parque de Pituçu.

Quero tratar, Sr. Presidente, de outro assunto importantíssimo para a nossa cidade. Um *site* de notícia do nosso Estado traz, hoje, uma reportagem falando a respeito dos estacionamentos, deputado, da nossa rodoviária. Estacionamento esse que tem transgredido o Código de Defesa do Consumidor ao não dar os 15 minutos de tolerância. E o Ministério Público entrou com uma ação contra a Sinart, que é a empresa que administra o terminal rodoviário de Salvador, não sabendo a promotora do Ministério Público que isso tem ocorrido em quase todos os estacionamentos do nosso Estado.

É uma bandeira sobre a qual a Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa tem que se debruçar. Temos visto um verdadeiro absurdo, Sr. Presidente: o mesmo serviço que é prestado em estacionamentos tem valores diferentes. É pago hoje, para estacionar seu carro no shopping, o valor de R\$5,00, deputado Targino Machado; na Rodoviária de Salvador, você paga pelo mesmo carro, no mesmo horário, o valor de R\$20,00. E, se estacionar o carro no Aeroporto de Salvador, pagará em torno de R\$30,00 pela hora.

Ora, senhoras e senhores, nós precisamos chamar a atenção desta Casa para esse disparate, porque o direito do consumidor está sendo lesado, e nós temos uma comissão importante nesta Casa.

Quero dizer que apresentarei um projeto de lei, Sr. Presidente, nesta Casa, para que todos os estacionamentos no Estado da Bahia seja regulamentado o mesmo preço. Por que se paga por 1 hora R\$ 5,00, R\$ 10,00, R\$ 20,00? Por que não se paga o mesmo preço? Isso é um desrespeito à população. É um desrespeito desses empresários que se instalam em nosso Estado a fim de lesar o consumidor.

Temos muita dificuldade de encontrar estacionamentos, principalmente nos grandes centros, como Salvador, Feira de Santana e demais locais. Quando encontramos estacionamentos, somos obrigados a pagar o preço que eles cobram, sem nenhuma regulamentação.

Por isso, quero chamar a atenção do presidente da nossa Comissão de Defesa do Consumidor, deputado Soldado Prisco, que deve convocar todos esses proprietários de estacionamento e o Ministério Público para regulamentar essa questão em nosso Estado. Isso tem atingido à população de modo geral. Por isso, Sr. Presidente, cobro que isso seja regulamentado.

Um outro assunto importantíssimo é a instituição do Fundo Penitenciário na Bahia. Apenas dois estados da Federação não possuem esse fundo: Bahia e Ceará. No ano passado, a Bahia deixou de receber cerca de R\$ 40 milhões para investir em equipamentos e na melhoria da situação dos nossos presídios.

Hoje, estive com o secretário Nestor Duarte e vi o empenho dele para que o fundo seja criado. O dinheiro, deputado Targino Machado, vem para o Governo do Estado, mas sem rubrica indicando onde se poderia aplicar. Com a criação do fundo, o Governo do Estado, através da secretaria, poderá construir novos espaços para abrigar a população carcerária, colocar alguns equipamentos que coíbam a entrada de

equipamentos eletrônicos nos presídios.

Por isso, nós, da Oposição estamos fazendo um gesto importantíssimo para o Governo do Estado, que é a dispensa das formalidades para que aproveemos isso na semana que vem, para que o Estado da Bahia possa ser contemplado com esse fundo.

Quero parabenizar o nosso Líder, Leur Lomanto, por esse ato importantíssimo, e a todos os membros da Oposição nesta Casa, porque fazemos oposição não contra os baianos, mas contra as coisas erradas que vêm para a população deste Estado.

Sr. Presidente, muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar orador, pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Questão de ordem do deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Gostaria de que V.Ex^a verificasse o quórum para a continuidade da sessão.

Mas, antes, digo que estou muito bem. Pelo que os senhores podem constatar, a minha voz não demonstra nenhum sintoma de mal-estar. Evidentemente, a metáfora, digamos assim, mental-médica do nosso deputado Targino Machado não cabe no meu caso.

Efetivamente, o Partido dos Trabalhadores fez 37 anos. Ele vivencia e experimenta uma dificuldade eleitoral, mas é um partido que construiu excelentes caminhos para o povo brasileiro, que ajudou a construir a democracia.

E mais do que isso: é um partido que tem ajudado ao equilíbrio social. Se eu fosse um burguês, se eu fosse um grande empresário, defenderia com unhas e dentes a presença do Partido dos Trabalhadores, porque ele é o equilíbrio entre a possibilidade de um sistema regulado socialmente ou o caminho de uma desarmonia social, de uma revolução socialista.

Por isso, Sr. Presidente, gostaria de deixar isso registrado, e agradecer pela presença aos deputados que aqui estiveram.

Não vou usar o tempo do PT para que possamos abreviar a sessão.

Muito obrigado.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, quero dar o meu testemunho, fazendo a propaganda das drogas mais antigas. Eu e o deputado Samuel Júnior tivemos a oportunidade de assistir aqui a um milagre trazido por uma droga.

O caro professor de Vitória da Conquista já anda armado. Sacou um frasquinho de coramina, usou um comprimido e melhorou de imediato. Essa coramina, na verdade, é uma varinha de condão, é bom para tudo: dor de joelho, dor na próstata, hemorroida, queda de cabelo e até problemas de afonia e dispneia que acometem

esses petistas.

Sr. Presidente, lamento, na verdade, que a Bancada do PT aqui não estivesse para fazer a defesa, como sempre faz, de forma orquestrada. O deputado Carlos Geilson há pouco me disse: “Targino, impressionante! Cada um de nós, deputados, vai à tribuna e faz um discurso, até sobre o mesmo tema, de forma diferente. Mas os petistas sobem e fazem um discurso igual.” Na verdade, eles aprenderam a fazer isso, lavagem cerebral, e fazem com régua, esquadro e compasso.

Meus parabéns, deputado Zé Raimundo. Tenha certeza de que estou sempre atento para beber na fonte da sabedoria trazida por V.Ex^a. Parabéns à coramina também, que V.Ex^a ressuscitou aqui, hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Como não há número legal para continuarmos, declaro, em nome de Deus, encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.